

## ■ O uso de artigo definido diante de pronome possessivo em textos portugueses do século XVI a XIX

TELMA VIANNA MAGALHÃES

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e professora do PPGLL/Ufal

*Resumo:* Neste artigo, procuro verificar a evolução no uso do artigo definido diante de possessivo no Português Europeu do século XVI ao século XIX, com o objetivo de saber quando a variação nesse uso começou e quando ela deixou de existir, já que atualmente o uso de artigo diante de possessivo é categórico em Português Europeu. A análise permitiu verificar que os contextos regidos por preposição foram relevantes na demarcação dos momentos da variação. Nos contextos não regidos por preposição, houve variação entre os séculos XVI e XVIII. Já nos contextos regidos por preposição a variação começou em meados do século XVII e continuou no século XIX.

*Abstract:* in this article, I try to see the evolution in the use of the definite article before possessive in European Portuguese from the 16th to the 19th century, with the purpose of knowing when variation in this use began and when it ceased to exist, since currently the use of article before possessive is categorical in European Portuguese. The analysis has shown that the contexts governed by preposition were relevant in the demarcation of the moments of the variation. In contexts not governed by preposition, there was variation between the 16th and 18th centuries. In contexts governed by preposition the change began in the mid-17th century and continued in the 19th century.



## 1. Introdução

Neste trabalho, apresento um estudo do uso do artigo diante de pronomes possessivos em textos de autores portugueses nascidos entre o século XVI e XIX. O meu objetivo é mostrar a evolução do uso do artigo diante dos possessivos em Portugal em cada século.

O ponto de partida foi o trabalho de Silva (1982) sobre o uso de artigo frente a possessivos no Português Europeu e no Português Brasileiro.

O trabalho está organizado da seguinte forma: na seção 1, apresento o problema e o objetivo do trabalho; a seção 2 traz o corpus analisado e os contextos considerados para o estudo; na seção 3, faço um resumo do trabalho de Silva (1982); na seção 4, apresento os resultados diacrônicos; a seção 5 traz os resultados dos nomes próprios, que apresentam o mesmo tipo de variação dos possessivos; na seção 6, resumo algumas análises propostas para presença e ausência de artigo diante de nome próprio e possessivo; na seção 7, apresento minha proposta de análise.

<sup>1</sup> Este exemplo foi retirado do *Jornal do Brasil* (3/9/1977).

## 2. O Problema

Segundo Silva (1982) o Português do Brasil é uma língua que apresenta um aspecto bastante característico, e diverso da maioria das línguas românicas, no que diz respeito ao emprego facultativo de artigo diante de pronomes possessivos, como se vê no exemplo 1:

- (1) O que é que você ganha com isso na hora de vender seu imóvel?... Na hora de vender o seu imóvel entregue-o a... (exemplo de SILVA, 1982, p. 266)<sup>1</sup>

Atualmente em Portugal, o uso de artigo diante de possessivo é obrigatório (cf. CASTRO, 2000), enquanto esse uso era raro no século XV.

Mattos e Silva (2002) afirma que o uso do artigo diante do pronome possessivo era variável no período

<sup>2</sup> Além do fator sintático, Silva (1982) analisou também os fatores parentesco, especificidade do possuído e número. Esses fatores não serão analisados neste trabalho.

<sup>3</sup> Só serão considerados neste estudo os contextos de possessivos que são seguidos por substantivos. Serão desconsiderados, portanto, contextos como “Esta é a minha filha, onde está a sua”, “Este livro é meu”, “Este livro é o meu”. O primeiro exemplo por não constituir contexto de variação. O segundo e o terceiro porque a presença ou ausência de artigo altera substancialmente o sentido, merecendo, desta forma, outro enfoque. Para maiores detalhes sobre estes contextos conferir Silva (1982).

<sup>4</sup> Esse corpus anotado do Português Histórico consiste de textos de autores portugueses nascidos entre 1550 e 1850 e encontra-se disponível no seguinte endereço : <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>

arcaico, pelo menos, no início do século XIV. E que se se pensar em conservadorismo, o Português Brasileiro (PB) manteve o uso histórico variável, enquanto no Português Europeu (PE) o uso do artigo diante do possessivo se generalizará a partir do século XIX, como defende Said Ali (1964), mas de quem discorda Harri Méier (1973, p. 6). Segundo a autora, esse é um problema de variação ao longo dos séculos e mais pesquisas sobre o tópico poderão indicar os fatores condicionadores da variação.

Diante das várias especulações com relação a quando o uso do artigo diante de pronomes possessivos começou a aumentar no PE e de quando o seu uso passou a ser obrigatório, resolvi fazer um estudo dessa evolução século por século, do século XVI até o século XIX, na tentativa de determinar quando teve início a variação e quando ela deixou de existir passando o uso do artigo a ser obrigatório em PE.

Não investigarei todos os fatores investigados por Silva (1982), concentrarei minha análise no fator sintático, mais especificamente a posição sujeito vs objeto<sup>2</sup>.

### 3. O Corpus e os Contextos observados<sup>3</sup>

O corpus deste trabalho é composto por 12 textos de autores nascidos entre o século XVI e XIX retirados do Corpus Anotado Tycho Brahe.<sup>4</sup>

#### Século XVI

- Luis de Sousa (1556 - 1632) A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires (52,928 palavras)
- F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) Côrte na Aldeia e Noites de Inverno (52, 429 palavras)

#### Século XVII

- Manuel da Costa (1601 - 1667) Arte de Furtar (52, 867 palavras)
- Antonio Vieira (1608 - 1697) Sermões (53, 855 palavras)

- Antonio Vieira (1608 – 1697) Cartas (57,088 palavras)
- F. Manuel de Melo (1608 - 1666) Cartas (58,070)
- Manuel Bernardes (1644 - 1710) Nova Floresta (52, 374 palavras)
- J. Cunha Brochado (1651 - 1735) Cartas (35,058 palavras)

### **Século XVIII**

- Cavaleiro de Oliveira (1702 – 1783) Cartas (51,080 palavras)
- Matias Aires (1705 - 1763) Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna (56, 479 palavras)
- Correia Garção (1724 - 1772) Obras Completas (24, 924 palavras)

### **Século XIX**

- Ramalho Ortigão (1836 - 1915) Cartas a Emília (32, 441 palavras)

Para a quantificação das ocorrências de possessivo com ou sem artigo, são considerados os seguintes contextos:

- O possessivo vem acompanhado de artigo, rotulado como (D+ Poss):

(2) “-Não é essa a minha opinião, disse Solino, porque contra o gosto me assombram muito cousas passadas, e andar abrindo sepulturas de gente morta”. (F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) Côrte na Aldeia e Noites de Inverno)

- O possessivo vem sem o artigo, rotulado como (Poss):

(3) “Pelo segundo he a Philosophia; porque suas regras, e preceitos são delicadissimos, e admiraveis”. (Manuel da Costa (1601 - 1667) Arte de Furtar)

- O possessivo aparece em sintagmas preposicionados e vem acompanhado de artigo, rotulado como (P + D + Poss):

(4) “Começa a melhorar-se desde a sua primeira origem, até que vem a tornar àquilo de que procedeu”. (Matias Aires (1705 - 1763) Reflexão sobre a Vaidade dos Homens e Cartas sobre a Fortuna)

- O possessivo aparece em sintagmas preposicionados sem a presença do artigo, rotulado como (P + Poss):

(5) “Caminhando um dia de jejum com seu discípulo Zacarias, chegou a um mosteiro, onde os receberam com officiosa caridade e lhes ministraram um moderado refresco”. (Manuel Bernardes (1644 - 1710) Nova Floresta)

- O possessivo vem precedido por outros elementos, como por exemplo, a conjunção, rotulado como (X + POSS):
- O possessivo vem precedido por outros elementos, como por exemplo, a conjunção, rotulado como (X + POSS):

(6) a. “Se o vosso projecto é reformar a Poesia, purificar a língua portuguesa, restaurar a arte de orar, estabelecer um sistema de bom gosto, pelo meio de uma prudente crítica, com que pode contribuir para tão glorioso fim o meu fraco discurso, o meu depravado gosto, e o meu grosseiro estilo?” (Correia Garção (1724 - 1772) Obras Completas)

- b. “E como em tudo procedia com grande prudência e ânimo de acertar, e era a primeira prelação que lhe tocava prover, desejava empregá-la em tal sujeito que, a juízo de todos, fosse dela digníssimo, e sua consciência ficasse satisfeita e segura.” (Luis de Sousa (1556 - 1632) A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires)

Na próxima seção, passo a apresentar os resultados do trabalho de Silva (1982) que serviu de ponto de partida para este trabalho.

### 3. Silva (1982)

O trabalho de Silva (1982) sobre o uso de artigo diante de possessivo abrangue o Português do Brasil (PB), dados sincrônicos e diacrônicos, e o Português de Portugal (PE), dados diacrônicos.<sup>5</sup> O objetivo da autora, ao analisar os dados do PE, era estudar a evolução, século por século, que ocorria quanto à regra da realização do artigo frente ao possessivo, pautando-se na observação de que em PE, de modo geral, há mais artigos de que no PB.<sup>6</sup>

A autora chama a atenção para o fato de que as obras foram escolhidas aleatoriamente e/ou pela facilidade obtenção. E que, portanto, este estudo diacrônico não serve, pois, como o estudo absoluto de cada século, mas apenas como comparação entre eles, para saber se a regra é condicionada por fatores sociais, e se é, ou não consciente.<sup>7</sup>

Para determinar o que favorecia o maior ou menor uso de artigo frente ao possessivo, ela considerou os seguintes grupos de fatores:

#### a. Maior ou menor especificidade do possuído

Com este grupo de fatores Silva (1982) pretendia verificar se a função do artigo, independente de sua ligação ao possessivo, continuava a ser a mesma ou não, quando a ele se juntava. A idéia intuitiva é que poderia haver uma

<sup>5</sup> Estarei aqui apresentando apenas os resultados com relação ao PE, por interessarem diretamente ao meu trabalho.

<sup>6</sup> A autora analisou os seguintes textos: Século XV a XVI (Chronica de Portugal, D. Nuno Alvarez Pereira, 1911; Chronica do Senhor Rei D. Fernando, Fernão Lopes, 1816; Um tratado de cozinha portuguesa do séc. XV, R. de J. Instituto Nacional do Livro, MEC, 1963; Tratado da Província do Brasil, Pero de Magalhães Gandavo, Instituto Nacional do Livro, MEC, 1963; História de Menina e Moça, Bernardim Ribeiro, 1947; Corte na Aldeia, Francisco Rodrigues Lobo, 1945. Séculos XVIII a XX ( Anfitrião e Guerras de Alecrim e Mangerona, José Antonio (o Judeu) s.d. ; As Pupilas do Senhor Reitor, Julio Diniz, 1945; Jornais diários de Lisboa.

<sup>7</sup> Kabatek (2002) defende que nas línguas onde o uso de artigo diante de possessivo é variável, os falantes não têm consciência sobre quando usar ou não o artigo. Confesso que como falante do PB, língua em que essa regra é variável, usar ou não artigo diante de possessivo pra mim é totalmente aleatório.

interação da função deste com aquele de tal forma que, a função do artigo fosse parcial ou inteiramente anulada, embora ela acreditasse ser essa possibilidade bastante remota. As definições de específico e não-específico usadas para o estudo foram:

- Específico: o possuído faz parte de um conjunto especificado por processos outros que o artigo (inclusive contexto) ou é um conjunto unitário:

- (7) a. Você acredita que sou sua melhor amiga.  
b. Estou esperando meu noivo. (SILVA, 1982, p. 289)

- Não específico: o possuído pertence a um conjunto e não é destacado num subconjunto:

- (8) Coitado do meu amigo! (idem)

Nos corpora do século do século XV a XVII, com exceção de D. Fernando, o fator conjunto específico propicia mais artigo do que o conjunto não específico. O mesmo é válido para os séculos XVIII a XX. Ou seja, este fator não sofreu alteração em Portugal. O resultado confirma, portanto, que o artigo continua tendo a função de especificador mesmo frente ao possessivo, contrariando a afirmação de alguns autores, segundo Silva (op.cit), de que esse sentido teria se perdido.

b. Parentesco

Essa variável foi escolhida com base na afirmação de muitos autores, Méier (1948 M, 1973) é um deles, de que o parentesco do possuído é fundamental para a ausência do artigo.

Os resultados não revelaram nenhuma influência desse fator com relação ao aumento de uso de artigo diante de possessivo em Portugal.

### c. Número

A inclusão desse fator se baseou no fato de que se a hipótese do uso do artigo para maior ou menor especificidade estivesse correta, o plural deveria ter menos necessidade de artigo que o singular, já que quase sempre o plural é intrinsecamente definido. Ao dizer-se: “meus filhos me dão trabalho” não deveria haver necessidade de artigo para entender que o conjunto inteiro dá trabalho. O artigo, então, torna-se redundante no plural.

Os resultados confirmaram a hipótese da autora. O singular favorece mais a presença do artigo diante do possessivo.<sup>8</sup>

Silva (1982) afirma que o resultado das três variáveis (especificidade, parentesco e número) serviu para confirmar que o artigo mantém seu papel de especificador mesmo diante do possessivo.

### d. Variável Sintática

A suspeita de que haveria uma implicação sintática na presença do artigo frente ao possessivo levou à escolha desse fator. Silva (1982) explica que sempre ficou patente que o vocativo<sup>9</sup> apresenta categoricamente a forma sem artigo, mas era preciso verificar também se outras funções sintáticas teriam influência sobre o uso do artigo ou seriam totalmente inócuas. Assim, ela optou por estudar a oposição entre sintagmas preposicionados e não preposicionados, e entre sintagmas explicativos e não explicativos.

Os resultados mostraram que o fator sintagma preposicionado é regularmente favorecido. O sintagma explicativo (aposto), pelo contrário, é regularmente desfavorecido, situando-se, intermediariamente, o fator sintagma nominal não explicativo. Com relação ao sintagma preposicionado a autora atribui o uso do artigo às preposições que podem contraí-lo.

O resultado geral mostrou que a frequência do uso do artigo frente ao possessivo sobe significativamente em PE.

<sup>8</sup> A partir do momento que o uso do artigo diante de possessivo passou a ser obrigatório no PE, essa hipótese não se justifica. E nos meus dados não há indícios de que o singular favoreça mais o artigo do que o plural.

<sup>9</sup> Os casos de vocativos também foram excluídos do corpus deste trabalho.

## 5. Resultados dos Textos do PE (séculos XVI a XIX)

Como havia colocado anteriormente, o meu objetivo aqui é mostrar a evolução do uso do artigo frente ao possessivo do século XVI ao XIX. Nas seções abaixo mostro os resultados dessa evolução nos contextos sintagmas não preposicionados (SNPs) e sintagmas preposicionados (SPs) como exemplificado em 9 (a e b) respectivamente:

- (9) a. “Isto fariam, ou os que não conhecessem o meu coração ou a minha fortuna”. (F. Manuel de Melo (1608 - 1666) Cartas)
- b. “Euporo, escravo de Lúcio Graco, que se matou sobre o seu corpo”. (F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) Côrte na Aldeia e Noites de Inverno)

<sup>10</sup> No século XVIII, Garção ainda apresenta um índice de uso de possessivos sem artigo comparável ao uso do século XVII (cf. Vieira). Segundo Galves (c.p.) esse resultado é observado em outros estudos também, o que parece demonstrar um comportamento arcaizante deste autor.

### 5.1 Artigo diante de Possessivos em Sintagmas Não Preposicionados

Os resultados da minha pesquisa mostraram que o uso do artigo diante do possessivo em PE nos SNPs já era bastante variável no século XVI, tendo essa variação começado a desaparecer já em meados do século XVII, e deixado de existir no século XVIII, como pode ser observado no gráfico (1) abaixo<sup>10</sup>:



Ao contrário do que afirma Mattos e Silva (2002), para quem o uso do artigo diante de possessivo em PE se generalizou no início do século XIX, o uso do artigo frente ao possessivo nos SNPs em PE, de acordo com os meus dados, foi generalizado a partir do século XVIII.

## 5.2 Artigos diante de Possessivos em Sintagmas Preposicionados

Com relação aos SPs é interessante observar que nesse contexto o uso do artigo diante de possessivo tem um comportamento diferente daquele que se observa nos SNPs, como podemos ver comparando os gráficos 1 e 2 abaixo:



Como mostra o gráfico (2) acima, o uso de possessivos sem artigo em SPs era categórico no século XVI. É a partir de meados do século XVII que se observa uma variação no uso do possessivo com ou sem artigo. Esse é um resultado interessante porque justamente quando o uso do possessivo sem artigo nos SNPs parece ser somente um resquício, o uso do possessivo com artigo começa a ganhar terreno no contexto de SPs e, mais, a variação neste contexto persiste ainda no século XIX, período em que o uso do artigo diante de possessivo nos SNPs passou a ser categórico (comparar gráficos 1 e 2). O que mostra que temos aqui duas histórias diferentes para o uso do artigo diante de possessivo no PE: uma para o SNPs e outra para os SPs. A pergunta que se faz necessária é: - por que a variação deixa de existir para o SNPs no século XIX e persiste ainda nos SPs?

Castro (2000) diz que a diferença entre o uso ou não do artigo diante de possessivo pode ser somente uma questão de Spell – Out, ou seja, semanticamente não há diferença entre “o meu” e “meu”. Segundo a autora, artigo definido diante do possessivo pré-nominal é expletivo, uma vez que é a própria posição do possessivo que marca sua definitude e não a presença do artigo definido.

Se a afirmação de Castro (2000) estiver no caminho certo, poderíamos pensar que a variação ainda existente no século XIX nos sintagmas preposicionais pode ser um indício de que a presença do artigo definido diante de possessivo seja um requerimento de PF em PE exigindo que o pronome possessivo esteja sempre precedido por algum elemento. Por esse motivo, quando o possessivo vem precedido por preposição, o uso do artigo é opcional.

Outro fato que reforça a hipótese acima, é que nos textos em que ainda é possível o uso do possessivo sem artigo, os possessivos sempre aparecem, quando estão na posição de sujeito, precedidos por algum outro elemento, como por exemplo, conjunção, complementizador, pronome indefinido, conforme os exemplos abaixo:

- (10) a. “E como em tudo procedia com grande prudência e ânimo de acertar, e era a primeira preclacia que lhe tocava prover, desejava empregá-la em tal sujeito que, a juízo de todos, fosse dela digníssimo, e sua consciência ficasse satisfeita e segura”. (Luis de Sousa (1556 - 1632) A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires)
- b. “O Officio do principe he procurar que seus vassallos vivaõ em paz e porisso quando o juraõ, leva na mão direita o Ceptro, com que ha de governar o Povo em Paz”. (Manuel da Costa (1601 - 1667) Arte de Furtar)

Ou então, aparecem na posição de objeto e aí estão precedidos pelo verbo e não estão em posição inicial<sup>11</sup>:

- (11) “E sintido do mal, que o fizera com ele a infirmitade em o não enterrar, afirmava que, a poder suceder sem ofensa de Deus, tomara de boa vontade haver quem lhe levantasse um falso testemunho na mais grave matéria e de maior infâmia da vida, pera que fosse ocasião de se remover sua eleição”. (Luis de Sousa (1556 - 1632) A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires)

<sup>11</sup> Longobardi (1994) afirma que “bare nouns” que são visivelmente excluídos na posição de sujeito pré-verbal, em Italiano bem como em outras Línguas Românicas, podem ser admitidos na posição de argumento interno. E que isso pode estar relacionado a algum tipo de requerimento de regência lexical.

## 6. Os Nomes Próprios

Atualmente, em PE os nomes próprios, em posição argumental, também têm obrigatoriamente artigo definido (Cf. CASTRO 2000). O meu objetivo ao analisar a presença vs ausência de artigo definido diante de nome próprio no Português Clássico é verificar até que ponto o uso do artigo diante de pronome possessivo esta relacionado à presença do artigo diante de nome próprio. Ou seja, eu pretendo ver se o uso de artigo definido diante de nomes próprios apresenta a mesma variação que se verifica com os pronomes possessivos.

Observando os textos, pude constatar que o uso de artigo definido diante de nomes próprios era variável

no século XVI e vai diminuindo ao longo dos séculos até ficar bem reduzido no século XIX. Os exemplos em 12 mostram casos de nomes próprios sem artigo em função de sujeito pré-verbal até meados do século XVII. Casos não mais encontrados no texto de Ortigão representante do século XIX.<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Talvez seja o caso de futuramente analisar mais textos deste século para se ter uma idéia precisa sobre esse uso.

<sup>13</sup> Gostaria de salientar que não fiz um estudo quantitativo deste fenômeno, por não ser esse o ponto central deste trabalho. Aqui estou apresentando apenas o que pude observar ao longo da análise dos textos. Por isso, julgo necessário que futuramente um trabalho deste tipo seja realizado.

- (12) a. “Leonardo se ofereceu então a mandar fazer a diligência com muito cuidado...” (F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) *Côrte na Aldeia e Noites de Inverno*)
- b. “França não fica em guerra por amor de nós, senão porque Castela não quer, como eles dizem...” (Antonio Vieira (1608 – 1697) *Cartas*)
- c. “Ariano, no seguinte dia, dando-lhe a sua vexação o entendimento que sua crueldade lhe negara começou, mediante divina graça, a ponderar mais seriamente...” (Manuel Bernardes (1644 - 1710) *Nova Floresta*)

Os contextos em que a variação continua freqüente, mesmo no século XIX, são aqueles de sintagmas preposicionados, sujeito invertido, sujeitos de encaixadas, ou onde há conjunções precedendo o nome próprio (como mostram os exemplos em 13), mesmo tipo de variação observada para os possessivos.<sup>13</sup>

- (13) a. “Assi o tinha dito muito antes, falando de jacob e seu irmão que amara um e aborrecera outro”. (Luis de Sousa (1556 - 1632) *A Vida de Frei Bertolameu dos Mártires*)
- a’. “Quanto às terras, em caso que não tenhamos paz com os holandeses se pode capitular com França que, ajuntando na Índia ambas as coroas duas partes iguais do poder, ou oculta declaradamente (segundo o estado que França ficar com os holandeses) se faça uma liga contra

- eles, com a qual faremos uma poderosa e mui proveitosa guerra, (...) em que Portugal cederá o seu direito à França ....” (Antonio Vieira (1608 – 1697) Cartas)
- b. “Naquela, da prática vulgar ficou Leonardo mui atalhado, assim por ser cousa em que tudo pende de opiniões incertas, como porque o Doutor lhe cortara a urdidura com que havia de ir tecendo o seu discurso”. (F. Rodrigues Lobo (1579 - 1621) Côrte na Aldeia e Noites de Inverno)
- b'. “Mostrou bem o Tasso, logo que quis (segundo a regra dos Épicos) descrever por sinais de virtude o seu herói Godofredo, quanto conhecimento tinha de aqueles dous instrumentos...” (F. Manuel de Melo (1608 - 1666) Cartas)
- c. “Ficou o Mago aturdido, imaginando que Pedro adivinhara, e começou a confessá-lo por profeta, em que habitava o verdadeiro Deus, e a rogar-lhe que vencesse com a bondade a sua malícia, e que ele faria penitência e o ajudaria a pregar a verdade”. (Manuel Bernardes (1644 - 1710) Nova Floresta)
- c'. “Recebi a tua carta escrita no sábado em que me dizias que a Bertha estava em Cascais e que ias lá passar o domingo”. (Ramalho Ortigão (1836 - 1915) Cartas a Emília)
- d. “Pois se França a todos seus aliados dá socorros, porque no-los há-de pedir a nós, importando-lhe mais a nossa liga que a de todos, e sendo mais os nossos inimigos e mais poderosos, e nós por razão da distância mais expostos a nos fazerem dano”. (Antonio Vieira (1608 – 1697) Cartas)
- d'. “Já o meu negócio vai bom: porque já o Ene, por me alertar, me diz que dá a água na pedra até que quebra”. (F. Manuel de Melo (1608 - 1666) Cartas)
- e. “Pedi a Sampaio que se não enternecesse com aquele sarau poético, e deu-me a sua palavra

de honra de que viveria mais de cem anos se o livrarem do cão que tem no traseiro e o impede de se sentar em outro lugar que não seja o vácuo”. (Ramalho Ortigão (1836 - 1915) Cartas a Emília)

- e'. “No triste dia em que recebi o telegrama do Antônio fiquei até a noite no meu quarto e escrevi ao Eduardo uma carta bastante longa, que o autorizei a publicar, e na qual conto desenvolvidamente o meu derradeiro encontro com Queiroz”. (Ramalho Ortigão (1836 - 1915) Cartas a Emília)

Todos os contextos observados em (13) são aqueles em que o nome próprio não é o primeiro elemento do sintagma, como ocorre com os pronomes possessivos, o que leva a pensar que há uma relação entre os dois casos. A pergunta que se faz necessária aqui é: (i) será que o uso do artigo diante de nome próprio tem a mesma função que o uso do artigo diante de possessivo? (ii) é possível dar uma análise unificada para os dois casos? É o que veremos a seguir.

## 7. O Movimento para D

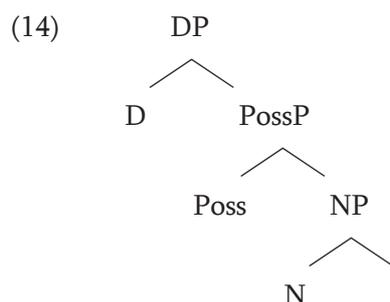
Longobardi (1994) propõe que nas línguas em que os nomes próprios aparecem sem artigo, N tem de subir para D para obter a leitura específica definida. Mas ele pode, opcionalmente, permanecer na sua posição de base nos casos em que ocorre com artigo.

Segundo o autor, não é necessário propor a existência de um determinante vazio para os nomes próprios, porque diferentemente dos nomes comuns, mesmo sem artigo os nomes próprios já têm uma leitura específica definida, não desempenhando leituras indeterminadas, restrição que se aplica a nomes comuns sem um determinante visível. Ele salienta que os nomes próprios mostram-se universalmente capazes de obter uma

leitura definida específica sem recorrer a uma estrutura operador-variável que requer que a posição D tenha conteúdo semântico substantivo. Logo, aqueles artigos definidos que aparecem introduzindo nomes próprios, não precisam ser considerados como tendo conteúdo semântico substantivo, mas podem ser relacionados a exemplos de artigos expletivos.

No que diz respeito ao possessivo, Castro (2000) afirma que com o possessivo simples pré-nominal, o artigo definido é expletivo porque é a própria posição do possessivo que marca sua definitude, e não a presença do artigo definido.

Castro (2000) propõe que a estrutura para o sintagma contendo o pronome possessivo no PE e também no PB é aquela em que o DP seleciona PossP, e o possessivo adjetivo está em Spec, PossP, como exemplificado em 14:



A autora justifica a estrutura acima para as duas línguas, afirmando que há perfeita equivalência semântica entre as duas variantes – tanto [meu] como o [o meu] são portadores dos mesmos traços funcionais: [+Definido], [1Sg] (concordância com o possuidor) [M] [Sg] (concordância com o possuído); por outro, há adjacência estrita entre o artigo e o possessivo pré-nominal. Não é possível interpor qualquer elemento lexical entre o artigo definido e o possessivo, modificá-lo, por exemplo, com um advérbio:

- (15) a. \* O completamente meu jardim.  
 b. \*O já meu jardim.  
 c. \*o tão meu jardim.

(CASTRO, 2000, p.13)

Castro (2000) adota para explicar a diferença entre o PE e o PB a análise de Zribi-Hertz usada para as duas variantes dos possessivos do Francês *mon* e *le mien* (1998a, 1998b) que está baseada no Modelo de Morfologia Distribuída de Hale e Marantz (1993), e propõe que o traço [+Def], situado em D, atrai o traço de Pessoa, um seu correlato, e, então, dá-se uma de duas hipóteses: ou o D se funde com o traço de Pessoa (como em *mon* ‘meu’), ou fica adjacente (como em *la mienne* ‘o meu’ em (o) meu livro).

<sup>14</sup> Ele está assumindo a checagem de traços de Chomsky (1995) em que o movimento visível é motivado pela necessidade de checar traços fortes e a proposta de Zwart (1997) de que todo traço variável deve receber um valor através da associação com um traço fixo. A distinção traço variável e fixo equivale à distinção traços opcionais e obrigatórios de Chomsky.

Schoorlemmer (1998) propõe que há movimento de Pos para D nas línguas em que o possessivo não ocorre com o artigo (T2Ls). Segundo ele, Pos, nessas línguas possui traço variável [ $\sim$ def] forte<sup>14</sup> que faz com que ele tenha de se mover visivelmente para D, possuidor do traço fixo [def], para checar seu traço variável. Já as línguas que permitem artigo diante de possessivo (T1Ls) não teriam esse traço [ $\sim$ def] em Pos, por isso o movimento de Pos para D não acontece, as respectivas estruturas estão representadas em 16 a e b:

<sup>15</sup> Schoorlemmer assume que os artigos nesses casos podem ser tratados como expletivos nos moldes de Longobardi (1994).

- (16) a.  $[_{DP} \text{Pos} + D [_{PosP} DP_i t_{pos} [_{NumP} N + Num [_{NP} t_{DPi} t_N]]]]$   
 b.  $[_{DP} D [_{PosP} DP_i \text{Pos} [_{NumP} N + Num [_{NP} t_{DPi} t_N]]]]$

Schoorlemmer afirma que nenhum artigo pode ocupar a posição D nas T2Ls porque essa posição precisa estar desocupada para que Pos possa checar seu traço [ $\sim$ def]. Como nas T1Ls Pos não precisa se mover para checar tal traço, o possessivo pode co-ocorrer livremente com artigo.<sup>15</sup>

## 8. Tentando Explicar os Fatos

Como vimos anteriormente, parece haver uma forte relação entre o uso de artigo diante de possessivo e o uso de artigo diante de nome próprio em PE. Diante disso, é possível pensar num tratamento unificado para os dois casos.

Vou assumir, seguindo Longobardi (1994) e Schoorlemmer (1998), que no PE até o final do século XVIII, os pronomes possessivos assim como os nomes próprios podiam mover-se para D, nos casos em eles eram usados sem o artigo, ou, opcionalmente, permanecer na sua posição de base Pos ou N quando eram usados com artigo. O mesmo vale para PB atualmente.<sup>16</sup> Vou assumir também que nos casos em que o possessivo ou o nome próprio co-ocorria com o artigo esse era um expletivo. Nesse caso, como afirma Schoorlemmer (1998), os artigos são realizações fonológicas do traço de definitude de D. Se assim for, voltamos a questão de que a presença do artigo diante do possessivo nada mais é do que uma exigência de PF. Daí se explica por que quando os possessivos ou os nomes próprios vinham precedidos por algum outro elemento, que não o artigo, o uso deste podia ser dispensado.

Se a proposta de Schoorlemmer (1998) estiver no caminho certo, podemos pensar que havia uma competição de gramáticas no PE que se estendeu até o século XIX. Ou seja, no período clássico, o PE apresentava duas gramáticas, uma em que Pos tinha um traço de definitude variável, por isso ele precisava subir para D, o que ocasionava a ausência do artigo diante do possessivo. E a outra em que Pos não tinha o traço de definitude variável, não precisava subir para D e o artigo podia co-ocorrer livremente com o possessivo. As propriedades gramaticais com relação ao uso do artigo diante dos possessivos pronominais refletiam a gramática do Francês e do Italiano respectivamente. A Competição de gramáticas deixa de existir no século XIX, quando as crianças dessa geração optam pela gramática do Italiano.<sup>17</sup>

<sup>16</sup> Parece que alguns dialetos do PB fazem distinção entre nomes com ou sem artigo (Niterói, por exemplo, Juanito Avelar c.p.). Não me preocuparei como esses casos, por não ser o nome próprio foco principal deste trabalho.

<sup>17</sup> Isso é o que pode estar acontecendo hoje no PB.

## Considerações Finais

Neste trabalho, procurei verificar a evolução no uso do artigo diante de possessivo no PE do século XVI ao século XIX, com o objetivo de saber quando a variação nesse uso começou e quando ela deixou de existir, já que atualmente o uso de artigo diante de possessivo é categórico em PE.

Foi possível descobrir houve dois momentos na história do uso do artigo diante de possessivo em PE: (i) para sintagmas não preposicionados a variação já existia no século XVI e findou no século XVIII. (ii) para os sintagmas preposicionados a variação começou em meados do século XVII e continuou no século XIX.

Com base na relação que existia entre o uso de artigo diante de possessivo e o uso do artigo diante de nome próprio, foi proposto que no PE o possessivo podia subir para D ou não. Quando havia movimento para D o uso do artigo não era permitido, quando não havia movimento para D, o artigo podia aparecer livremente diante do possessivo.

Levantou-se também a hipótese da existência de uma competição de gramáticas no PE clássico que foi até o século XIX. Essa mesma competição pode estar acontecendo atualmente no PB.

## Referências

CASTRO, Ana. 2000. “Os possessivos em Português Europeu e Português Brasileiro”: unidade e diversidade. Actas do Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística de Coimbra – apêndice do 1º. encontro PE - PB.

KABATEK, J. 2002. “Existe-il un cycle de grammaticalisation de l’ article dans langues romanes? Ms.

LONGOBARDI, Giuseppe. 1994. “Reference and Proper Names: a theory of movement in syntax and LF”. *Linguistic Inquiry*, 25: 609-665.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. 2002. “Fatores sócio-históricos condicionantes na formação do Português Brasileiro: em questão o propalado conservadorismo da língua portuguesa no Brasil – conferência apresentada no XIII Congresso Internacional de Lingüística e Filologia da América Latina (ALFAL), (18 a 23 de fevereiro, San José)”.

MEIER, Harri. 1948M. “Meu pai – o meu pai”. *Boletim de Filologia*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 9(2): 175-190.

MEIER, Harri. 1973. “Sobre o emprego do artigo com pronomes possessivos em português”. *Littera*, 7:5-14, Rio de Janeiro.

SAID ALI, Manuel. 1964. *Gramática Histórica do Português*. Rio de Janeiro: Melhoramentos.

SCHORLEMMER, Maaïke. 1998. “Possessors, Articles and Definiteness” In: *Possessors, Predicates and Movement in Tha Determiner Phrase* , Artemis Alexiadou & Chris Wilder (eds), 56-86, John Benjamins Publishing Company.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. 1982. Estudo da Regularidade na Variação dos Possessivos no Português do Rio de Janeiro. UFRJ. Tese de Doutorado. pp: 265-395.